

Presentes:

Membros do Conselho: Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Adriane Leandro – SESA; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Alzimara Cabreira Fraga Bacellar – CORESAN Curitiba; Cristina Klobukoski – SESA; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Dóris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Elenita Conegero Pastor Manchope – SETI; Felipe Kamaroski – SEMIPI; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Lucimar Souza da Silva – CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Regiane Aparecida Moura da Silva – CORESAN Cornélio Procópio; Rosângela Mara Slomski Oliveira – SEED; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco; Verena Mehler – SANEPAR.

Outros Participantes: Anderson Gonçalves Pinto – DESAN Paranavaí; Carlos A. Ferreira – NR Ivaiporã; Caroline Carvalho dos Santos – DESAN Guarapuava; Diogo Trevesan – NR Curitiba; Letycia de Paula Hoffman – DESAN SEAB; Líbina da Silva Rocha – MPPR; Loreni de Azevedo de Oliveira – NR Laranjeiras do Sul; Murilo Lyra Pinto – SESAN/MDS; Nair Lúcia Jung – DESAN Londrina; Roselene Sonda – MPPR; Valéria Piatzchaki – NR Irati.

Justificativa de Ausências: Michele Cristina Ribeiro – SEDEF: Atestado Médico

Pautas:

- 1 – Relato das Câmaras Temáticas;
- 2 – Conferência Nacional +2;
- 3 – Informes DESAN.

1 **Memória:** Dando início à reunião plenária do CONSEA, a Presidente Roseli Pittner realiza alguns
2 informes acerca da Conferência Nacional +2. Foi comunicado aos presentes que a referida
3 conferência teve sua data antecipada para o mês de junho do corrente ano. Dada a urgência imposta
4 pelo novo cronograma, a Presidente ressaltou a importância estratégica da elaboração minuciosa de
5 um relatório técnico por parte deste Conselho. Este documento deverá consolidar as ações e
6 diagnósticos estaduais para ser encaminhado formalmente à conferência, servindo como base para as
7 discussões. Roseli enfatizou que a qualidade deste relatório é crucial para garantir a
8 representatividade das demandas do Paraná. Dando continuidade aos informes, a Presidente
9 discorreu sobre o Encontro Regional do SISAN Sul, sediado em Curitiba entre os dias 13 e 15 de
10 abril. O evento foi destacado como um marco de integração para o Sistema Nacional de Segurança
11 Alimentar e Nutricional na região sul do país. Foram detalhadas as metodologias aplicadas durante
12 as oficinas temáticas, as quais abordaram gargalos operacionais e boas práticas de gestão. A
13 Presidente salientou que o conteúdo técnico produzido durante essas oficinas não deve se restringir
14 aos participantes diretos, propondo que os principais pontos e conclusões sejam objeto de uma
15 apresentação detalhada em plenária eventual futura, permitindo que todo o colegiado se aproprie do

16 conhecimento gerado e das diretrizes pactuadas no encontro regional. Em seguida, submeteu-se ao
17 conselho as pautas do dia, bem como a redação da ata da reunião plenária anterior, ambos aprovados
18 por unanimidade pelos conselheiros presentes. A palavra foi concedida ao convidado Murilo Lyra
19 Pinto, representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em sua
20 intervenção, ele detalhou sua função na articulação institucional visando o fortalecimento e a
21 otimização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do SISAN no Estado do Paraná. Murilo
22 destacou a necessidade de uma comunicação mais fluida entre as esferas estadual e federal para
23 garantir a eficácia das políticas públicas de combate à fome. Também, informou sobre a realização
24 do Encontro Nacional do PAA, agendado para junho. Foi aberta a prerrogativa para que o estado do
25 Paraná envie dois representantes oficiais para compor as mesas de debate e grupos de trabalho do
26 evento. Complementarmente, Murilo propôs a viabilização de encontros regionais estratégicos, com
27 o intuito de realizar um levantamento diagnóstico das demandas locais, permitindo que as melhorias
28 propostas sejam fundamentadas na realidade de cada território paranaense. Após amplo debate entre
29 os membros deste Conselho sobre os perfis necessários para a representação técnica e política no
30 Encontro Nacional do PAA, ficou deliberado que os conselheiros Regiane Aparecida Moura da Silva
31 e Vanderlei José dos Santos serão os representantes oficiais do CONSEA-PR. Definiu-se, ainda, que
32 a escolha das entidades beneficiárias que acompanharão a comitiva será realizada em momento
33 posterior. Logo após, a conselheira Kelly apresentou o relato da Câmara sobre a proposição de
34 alterações nos critérios vigentes do Compra Direta Paraná. Entre as propostas destacadas, figurou a
35 necessidade de revisão da pontuação prevista nos editais de chamamento público. O objetivo central
36 é promover um equilíbrio competitivo entre as cooperativas participantes, evitando a concentração
37 de recursos e fomentando a agricultura familiar em menor escala. Houve um consenso sobre a
38 urgência de rever os métodos de fiscalização do programa. A plenária reforçou que a transparência e
39 o rigor no monitoramento são pilares indispensáveis para a credibilidade e continuidade das políticas
40 de segurança alimentar. Em ato contínuo, a palavra foi franqueada aos conselheiros representantes
41 das respectivas CORESANs, que pontuaram diversas indicações e sugestões de melhorias
42 operacionais para o programa. Dando seguimento, procedeu-se à apresentação oficial dos novos
43 conselheiros que passam a compor o CONSEA. Após as apresentações, a Presidente Roseli Pittner
44 concedeu a palavra às conselheiras Jaciara e Elenita para um relato sobre a recém-criada “Câmara de
45 Pesquisa e Produção de Conhecimento em SAN”. Durante a explanação, foi estendido um convite
46 aos presentes para que integrem a referida câmara temática. A conselheira Elenita detalhou os
47 convites já realizados e traçou as perspectivas de trabalho do grupo. Na sequência, a conselheira
48 Jaciara apresentou um documento oriundo da CORESAN de Toledo, detalhando as dificuldades e
49 reivindicações levantadas pelos produtores regionais de bebidas. Avançando na pauta, Roselene
50 Sonda, assistente social do Ministério Público, abordou o panorama de adesões dos municípios
51 paranaenses ao SISAN. Diante do assunto, foi solicitada a disponibilização de uma lista atualizada
52 dos municípios aderidos, ficando acordado que a relação será encaminhada aos membros assim que
53 o conselho obtiver acesso aos dados oficiais. Retomando o planejamento da Conferência Nacional
54 +2, a Presidente informou a criação de um drive contendo os documentos e propostas pertinentes ao
55 evento. Em seguida, o conselheiro Lucimar relatou da compra e entrega de café para as regionais
56 selecionadas via edital, destacando as parcerias firmadas com os produtores. Ato contínuo, o
57 Secretário-Executivo prestou esclarecimentos quanto à situação da conselheira Tatiana, informando
58 que esta não representa mais a Faculdade de Apucarana no CONSEA, visto que outros representantes
59 foram indicados pela instituição e o regimento não permite mais de um representante da mesma
60 entidade no Conselho, gerando um impasse, ainda que a referida conselheira atua pela Regional de
61 Apucarana. Após breve discussão, a Presidente propôs que os pormenores deste caso sejam incluídos

62 na pauta da plenária futura, garantindo assim tempo suficiente para deliberação junto à secretaria-
63 executiva e o devido encaminhamento da questão. Em seguida, o conselheiro Felipe Kamaroski
64 tomou a palavra para relatar a grave condição de insegurança alimentar e nutricional vivenciada pelos
65 indígenas da aldeia Kokhun Já Má, situados em uma região no município de Campo Largo. O
66 conselheiro ressaltou que a comunidade é composta por 129 pessoas, sendo 52% crianças e
67 adolescentes e 8% idosos, e destacou que grande parte dessa população subsiste fundamentalmente
68 por meio do Programa Bolsa Família, que tem sido o principal responsável por tentar suprir suas
69 necessidades elementares. Adicionalmente, informou que a rede de assistência social local não dispõe
70 de uma equipe de referência ou de um trabalho volante estruturado para o atendimento contínuo,
71 ocorrendo o fornecimento de alimentos à comunidade apenas de forma eventual. Diante desse cenário
72 de vulnerabilidade, Felipe pleiteou apoio para a articulação e adesão a programas federais capazes de
73 garantir a alimentação regular dessa população indígena. Dentre as possibilidades, destacou a
74 "Estratégia Alimenta Cidades". Explicou que esta é uma iniciativa recém-lançada, com foco em
75 centros urbanos e regiões metropolitanas, cujo objetivo é apoiar os municípios na execução de
76 políticas de segurança alimentar, a exemplo da implementação de hortas comunitárias, bancos de
77 alimentos e sacolões da família. Por fim, o conselheiro frisou que a busca por providências não deve
78 se limitar a este programa específico, devendo se estender a quaisquer outras políticas públicas que
79 possam ser articuladas junto ao município para mitigar a situação relatada. O secretário executivo
80 Valdenir Veloso Neto salientou que a Regional da SEAB faria uma visita no local para verificar a
81 possibilidade de atendimento com os programas institucionais da SEAB. Dando prosseguimento aos
82 trabalhos, os conselheiros iniciaram um debate acerca das possíveis mudanças nas propostas
83 aprovadas durante a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná, realizada
84 no ano de 2023. As discussões foram fundamentadas nos conteúdos e diretrizes abordados nas
85 oficinas ofertadas no evento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
86 Combate à Fome (MDS), com vistas à preparação para a conferência a ser realizada no corrente ano.
87 Esgotado o tempo regulamentar de discussão cedido pela mesa, o grupo de trabalho responsável pela
88 análise do Eixo 1, intitulado "Determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança
89 alimentar e nutricional", apresentou suas considerações. O grupo ressaltou a necessidade imperiosa
90 de melhorias na assistência técnica rural e de um controle mais rigoroso sobre a quantidade de
91 agrotóxicos utilizada nas lavouras, manifestando também preocupação com a crescente evasão dos
92 trabalhadores do campo. Adicionalmente, foi pontuada a relevância de se promover o aumento do
93 percentual mínimo exigido para a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar no
94 âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Durante a exposição, destacou-se a
95 ausência de efetivação de parcerias estratégicas com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
96 Os relatores do eixo consideraram, ainda, que o fomento e o fortalecimento da agricultura familiar e
97 de suas respectivas organizações, a exemplo de cooperativas e associações, por intermédio da
98 ampliação de políticas públicas, permanecem em situação precária. Informou-se também que a
99 criação de programas específicos de crédito e de fomento voltados para a agricultura familiar não foi
100 concretizada devido à falta de definição de critérios operacionais claros e adequados. Na sequência,
101 o grupo reiterou a importância fundamental de se promoverem ações contínuas de educação alimentar
102 e nutricional, aliadas ao exercício da cidadania, para que a população possa reconhecer seus direitos
103 fundamentais e se apropriar das políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, sendo
104 esta mais uma das propostas já previstas no escopo do Eixo 1. Por fim, foi apontada a necessidade de
105 se buscar a melhoria na ampliação e no fortalecimento dos programas e das políticas públicas de
106 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) direcionadas ao autoconsumo, registrando-se a ressalva de
107 que o critério mínimo referente ao percentual da população em estado de vulnerabilidade social e de

108 insegurança alimentar permaneceu inalterado nas proposições. Dando continuidade às apresentações,
109 o grupo de trabalho responsável pelo Eixo 2 expôs as intervenções e análises realizadas nas propostas
110 do tema “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras
111 do Direito Humano à Alimentação Adequada”. Durante a explanação, foi apontado que diversas
112 proposições atreladas a este eixo já foram ou encontram-se em fase de implementação, com destaque
113 principal para os avanços observados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa
114 Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, os relatores enfatizaram que o Estado do
115 Paraná possui uma base sólida que pode servir como modelo de referência nacional no que diz
116 respeito à execução das políticas públicas praticadas na área de segurança alimentar. Por fim, o grupo
117 pontuou a necessidade premente de se promoverem adequações mais rigorosas nas legislações
118 vigentes referentes ao uso de agrotóxicos, bem como de intensificar e aprimorar os mecanismos de
119 fiscalização sobre a aplicação de tais substâncias. Na sequência, o grupo 3 apresentou a análise e
120 complementações referentes ao eixo 3, intitulado “Democracia e Participação Social”. Durante a
121 exposição, foram feitos comentários sobre as propostas em pauta, destacando-se a necessidade de
122 ampliar ainda mais as ações de divulgação continuada. O grupo também abordou a relevância de se
123 manter um diagnóstico de forma contínua em todo o território brasileiro, fazendo menção específica
124 ao CadINSAN. Além disso, relatou-se que as discussões apontaram para a necessidade de ir além da
125 mera implementação do Guia Alimentar da População Brasileira como documento norteador para a
126 promoção da segurança alimentar e nutricional sustentável. Outro ponto de destaque foi a ênfase dada
127 à importância da participação ativa da sociedade civil e de grupos específicos nas instâncias dos
128 CONSEAs, bem como em eventos e espaços de formulação de políticas públicas. Discutiu-se, ainda,
129 a viabilidade da proposta que visa garantir a participação de todas as instâncias do SISAN, a exemplo
130 da CAISAN e do próprio CONSEA, na elaboração dos programas governamentais. Por fim, os
131 relatores ressaltaram a importância premente de se efetivar a criação do Fundo de Segurança
132 Alimentar e Nutricional, bem como a necessidade de propor alterações na legislação vigente, com o
133 intuito de atribuir caráter deliberativo ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
134 Após o término de todas as apresentações e debates dos grupos temáticos, foi solicitado que os
135 respectivos relatores encaminhem as propostas de complementações ao secretário-executivo,
136 estabelecendo-se o prazo limite do dia 24 de abril para este envio. A Presidente retomou a palavra
137 para esclarecer e ressaltar que o texto original das propostas não sofrerá alterações, tendo em vista
138 que o escopo principal já foi devidamente aprovado e consolidado na conferência estadual de 2023.
139 Explicou, contudo, que para garantir a representatividade das novas discussões, será emitido e levado
140 à Conferência Nacional +2 um documento oficial paralelo contendo todas as complementações
141 sugeridas pelo conselho. Dando seguimento à pauta, Márcia Stolarski, Chefe do Departamento de
142 Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN), trouxe ao conhecimento da plenária apontamentos
143 críticos sobre a redução no volume de atendimentos do programa social Leite das Crianças (PLC).
144 Ao levantar e comparar dados estatísticos referentes ao início dos anos de 2025 e 2026, a Chefe do
145 DESAN frisou que a acentuada diminuição na cobertura apresenta um cenário grave. Diante da
146 gravidade da situação, foi informado que será providenciado e repassado ao conselho um relatório
147 pormenorizado indicando quais são os municípios mais afetados por essa redução. Em ato contínuo,
148 a Chefe do DESAN também teceu considerações a respeito das estratégias para garantir a manutenção
149 e a permanência contínua dos municípios que já integram o SISAN. Pontuou sobre as capacitações
150 promovidas na oficina realizada durante o Encontro Regional do SISAN, cujo foco principal foi o
151 treinamento da plataforma AdeSAN. Márcia explicou que a referida plataforma servirá como meio
152 oficial para a inserção, gestão e regularização de todas as documentações de adesão, abarcando tanto
153 a manutenção do status dos municípios integrados quanto a facilitação do ingresso dos que ainda não



154 efetivaram sua adesão ao sistema. Em seguida, passou-se à deliberação e escolha dos membros que
155 ocuparão as vagas destinadas à representação da sociedade civil no evento da Conferência Nacional
156 +2. Decidiu-se, em comum acordo, que o conselheiro Marcelo comporá a delegação, em virtude de
157 sua condição inerente ao cargo de vice-presidente do CONSEA. Para a definição do preenchimento
158 das vagas remanescentes, procedeu-se com a realização de um sorteio aberto, resultando na escolha
159 e nomeação oficial das conselheiras Sibila e Jaciara para integrarem a comitiva estadual. Na condição
160 de suplente, ficou a conselheira Fernanda. Sem mais nada a tratar, a Presidente agradeceu a presença
161 e a colaboração de todos os participantes e declarou encerrada a reunião.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB